

Não perca nesta edição:

Editorial:

90% do setor mutualista
privado do acesso a fundos
estruturais e de
investimento - 1

Atualidades:

Uso excessivo de telemóvel
e redes sociais provoca
problemas mentais nos
jovens - 2

Barómetro:

No último ano os
portugueses investiram 12
milhões de euros por dia em
PPR - 3

Destaques Legislativos:

+CO3SO: Novo sistema de
incentivos ao Emprego e ao
Empreendedorismo - 5

A Nossa Rede de Saúde Mutualista - 6



Editorial

90% do setor mutualista privado do acesso a fundos estruturais e de investimento

Nesta edição de Março queremos partilhar com a comunidade das nossas associadas que a APM-RedeMut - Associação Portuguesa de Mutualidades, na qualidade de entidade de segundo grau que as representa, reiterou, junto de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, o pedido de integração no CNES – Conselho Nacional para a Economia Social, com vista à eliminação da enorme discriminação que tem vindo a ser perpetrada à APM-RedeMut, ao conjunto das 24 associações mutualistas que representa e aos cerca de 800.000 associados e 1.500.000 beneficiários que as compõem.

Por via desta ausência de integração no CNES, o conjunto das associações mutualistas representadas pela APM-RedeMut, que representa um valor acima dos 90% do peso do setor, está com acesso vedado aos fundos comunitários destinados à modernização e capacitação institucional, o que representa uma clara violação do princípio constitucional da igualdade, consagrado no art.º 13.º da Constituição da República Portuguesa. Se considerarmos que a Lei de Bases da Economia Social consagra como primeiro dos seus princípios orientadores o “primado das pessoas”, parece-nos óbvio que no contexto da integração no CNES, não pode ser desvalorizado do facto da APM-RedeMut, num universo de um pouco mais de um milhão de membros de associações mutualistas, representar através das suas associadas uma maioria de mais de 3/4 dos mutualistas portugueses.

Também como empregadores, as associadas da APM-RedeMut representam muitas centenas de postos de trabalho (1180 trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e 557 prestadores de serviços). Recorde-se que a APM-RedeMut, já em 2016 e 2018, havia efetuado dois pedidos de integração no CNES, os quais não obtiveram qualquer resposta.

Enquanto a APM-RedeMut, não for reconhecida como organização da economia social membro do CNES, não pode responder aos avisos de candidatura a apoios, ficando sem acesso aos **fundos estruturais e de investimento** que poderiam alavancar muitos dos projetos que temos em carteira no nosso plano de atividades, designadamente o que se encontra a decorrer, até 31 de março, através do aviso nº POISE-39-2020-02, que se destina, única e exclusivamente, à capacitação institucional dos parceiros da economia social membros do CNES.

Da nossa parte fica o compromisso de que continuaremos a pugnar pelo nosso reconhecimento, não só por ser uma situação profundamente injusta e inaceitável, como totalmente discriminatória, e que deixa a maior parte do setor mutualista, cerca de 80%, sem acesso aos **fundos estruturais e de investimento**.



Atualidades

Uso excessivo de telemóvel e redes sociais provoca problemas mentais nos jovens

Uma equipa de investigadores de um hospital infantil em Toronto no Canadá divulgou um estudo, na revista Canadian Medical Association Journal (CMAJ), que demonstra que o uso intensivo de telemóveis e redes sociais está diretamente relacionado com o aumento de problemas mentais e comportamentos de automutilação e suicídio entre as camadas mais jovens.

Nos últimos anos as doenças mentais, os comportamentos auto-lesivos e as tentativas de suicídio aumentaram significativamente, entre a população adolescente, verificando-se uma maior incidência entre o público feminino.

As comparações sociais, impulsionadas pela inveja, e as interações negativas, incluindo o “bullying”, foram alguns dos problemas detetados, tendo-se verificado que, em alguns casos, as redes sociais passam a ideia de uma “normalização da automutilação e do suicídio”.

Outras das consequências do uso excessivo destas tecnologias são a privação do sono e a diminuição da performance académica.

Os responsáveis por este estudo defendem que “são precisas campanhas públicas de consciencialização, assim como políticas sociais que promovam ambientes domésticos e escolares que aumentem a resiliência dos adolescentes enquanto navegam nos desafios da adolescência”.

O estudo divulgado recentemente é baseado na revisão e análise de 20 outros estudos que foram realizados nos últimos anos com crianças e adolescentes de vários países.

Estruturas residenciais que juntam todas as idades



A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desenvolveu um projeto de criação de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) que, além de se apresentarem como uma solução de integração da população mais idosa, também incluem os mais novos.

Este projeto social junta as valências de um lar e de uma creche, de forma a estimular o contato e as vivências intergeracionais, alimentando a interação entre os idosos e as crianças, para que ambos tirem partido deste convívio e saiam a ganhar com esta experiência.

O objetivo é dar resposta a novos paradigmas nesta área, nomeadamente à capacidade de integração da população com mais de 65 anos, na senda da longevidade, promovendo ações de cidadania participativa com vista a uma maior autonomia e independência.

O que são as ERPI

As ERPI são uma resposta social destinada a pessoas idosas, de utilização temporária ou permanente, em que são desenvolvidas várias atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem.

A alteração da designação, que veio substituir o vulgo “Lar de Idosos” e “Residência Assistida”, por se considerar que não refletiam a totalidade dos projetos. Segundo a atual legislação, as ERPI podem assumir as modalidades de apartamentos e ou moradias; quartos ou tipologia conjunta, onde os idosos são acompanhados mas onde importa promover a manutenção das suas capacidades motoras e cognitivas e o seu bem-estar emocional e social.

Soluções mutualistas para complementar a reforma

De acordo com o Inquérito à Situação Financeira das Famílias - 2013, 17,2% dos agregados familiares tinham planos voluntários de pensões, onde se incluem fundos de pensões abertos, PPR e modalidades mutualistas.

Eram cerca de 690 mil agregados familiares, dos quais cerca de 25 mil eram subscritores de modalidades mutualistas complementares da reforma.

Estes produtos complementares de segurança social têm um perfil de poupança a longo prazo e apresentam diversas vantagens, nomeadamente em termos de benefício fiscal, seja na dedução à coleta, em sede de IRS, seja na tributação dos rendimentos gerados.

O interesse manifestado por milhares de portugueses em complementar a sua reforma constitui uma oportunidade e um desafio para as associações mutualistas.

Por isso, importa criar ou dar a conhecer as modalidades mutualistas vocacionadas para complementar a reforma e, assim, aumentar o número de associados subscritores dessas modalidades e reforçar a presença do mutualismo no sistema complementar de segurança social.



Barómetro

No último ano os portugueses investiram 12 milhões de euros por dia em PPR

Segundo a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) as aplicações em PPR sob a forma de seguros, em 2019, totalizaram mais de 3.000 milhões de euros, o que significa que, por dia, entraram mais de 12 milhões de euros em novas aplicações destes produtos de poupança para a reforma.

Comparativamente com 2018, ano histórico que correspondeu a um crescimento de 55% face ao ano anterior, em 2019 registou-se uma quebra de 10% (3.475 milhões de euros contra 3.125 milhões).

João Galamba de Oliveira, presidente da APS explica que o decréscimo das aplicações em PPR no ano de 2019 foi “transversal a todos os produtos com uma componente de capitalização comercializados pelo setor segurador”. Segundo este responsável, é natural que a oferta de produtos com garantias de capital e/ou rendimento (como o PPR) tenha diminuído em favor de produtos sem garantia de capital (como os PPR Unit Linked), o que torna os produtos oferecidos pelas empresas de seguros menos atrativos para aforradores com um perfil mais conservador”.

À perda de atratividade em termos de retorno, António Ribeiro, economista da DECO, acrescenta ainda a quebra na poupança das famílias como justificação para o menor nível de aplicações em PPR. “Não nos podemos esquecer que a taxa de poupança dos portugueses tem estado a diminuir, o que é uma situação bastante preocupante. Já temos a taxa de poupança mais baixa da zona EURO e esta continua a cair”.





A saber

Portugal regista casos mais graves de violência no namoro

O Observatório da Violência no Namoro registou um total de 74 denúncias de situações de violência no namoro em 2019, um valor que corresponde a uma média mensal de mais de seis casos por mês.

Apesar do número de denúncias ter diminuído relativamente a 2018 – onde foram reportadas 128 vítimas – a realidade da violência no namoro em Portugal mostra que os casos apresentaram maior gravidade.

Os tipos de violência mais denunciados são a violência verbal (87,8%) e psicológica (75,7%). Do total, 13,5% das vítimas necessitaram de receber tratamento médico e em 12,2% dos casos foram alvo de ameaças de morte – há também tentativas de homicídio (4,1%) – e 1,4% tiveram de ser hospitalizadas.

A grande maioria (73%) das situações denunciadas não fizeram com que as vítimas apresentassem queixa às autoridades competentes. Outro dado alarmante é que em 77% dos casos os agressores são atualmente os namorados das vítimas.

A principal causa da violência no namoro em Portugal é o ciúme (70,3%), seguido de problemas mentais do agressor (40,5%), mas há também casos relacionados com o consumo de álcool ou de outras substâncias por parte do agressor (14,9%) e até questões de dificuldades económicas (13,5%).

Porto apresenta maior número de casos

Dos crimes analisados, 51,4% foram no Porto, seguidos por Lisboa e Aveiro, ambos os distritos com 10%.

Discrepância de género

As vítimas do sexo feminino ainda são a maioria (95,9%) e 91,9% dos agressores são do sexo masculino. A média de idades das vítimas é de 21 anos e a dos agressores é de 23.

O local de maior incidência da violência é a casa

É na intimidade do lar que os casos de violência acontecem mais vezes (62,2%), em seguida na rua (48,6%) e numa instituição de ensino (36,5%).

Agenda



13/03 - Conferência "Cooperativas de Solidariedade Social: Que futuro?"



20/03 - 2nd International Healthy Aging Summit 2020



20/023 - TEDXPORTO 2020 - Inconvenional



7-8/05 - Congresso Internacional em Cuidados Continuados



Destaques Legislativos

+CO3SO: Um novo sistema de incentivos ao Emprego e ao Empreendedorismo

O +CO3SO é novo sistema de incentivo que significa CONstituir, CONcretizar e CONSolidar Sinergias e Oportunidades e traduz-se num conjunto de programas transversais e multissetoriais dedicados a empresas, entidades da economia social e entidades do sistema científico e tecnológico. A primeira fase do +CO3SO incide sobre 4 áreas: emprego, competitividade, conhecimento e digital. Este sistema de incentivos destina-se a pequenas e médias empresas (PME) e a entidades da Economia Social. Serve tanto para a criação de empresas como para a sua expansão ou modernização.

A Portaria n.º 52/2020, de 28 de fevereiro, aprovou o Regulamento do sistema de apoio ao emprego e ao empreendedorismo designado +CO3SO emprego. O +CO3SO Emprego visa apoiar o emprego e o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social, através do apoio à criação de postos de trabalho em pequenas e médias empresas(PME) e entidades da economia social.

O +CO3SO Emprego irá disponibilizar 3 tipologias de avisos de abertura de candidaturas:

- a) +CO3SO Emprego Interior – apenas para o interior do país;
- b) +CO3SO Emprego Urbano – dedicado ao emprego em territórios urbanos;
- c) +CO3SO Emprego Empreendedorismo social – para criação de emprego em entidades da Economia Social.

Cada uma delas com duração máxima de 36 meses a partir da criação do primeiro posto de trabalho.

O que apoia:

- A criação do seu próprio emprego ou a criação Líquida de Postos de Trabalho, para:
 1. Desempregados inscritos há pelo menos 6 meses no IEFP;
 2. Desempregados, com idade igual ou inferior a 29 anos ou com idade igual ou superior a 45 anos, inscritos há pelo menos 2 meses no IEFP;
 3. Desempregados, independentemente do tempo de inscrição no IEFP, quando se trate de pessoas com condições especiais como: serem beneficiários do rendimento social de inserção; serem vítimas de violência doméstica; refugiados, entre outras;
 4. Desempregados com qualificação de nível 6 ou 7, residentes em territórios de baixa densidade;
 5. Pessoas que não tenham registo na Segurança Social nos 6 meses anteriores à contratação.

Os apoios a conceder no âmbito do+CO3SO Emprego são subvenção não reembolsável, através de:

- Remunerações dos postos de trabalho criados;
- Despesas Contributivas (Taxa Social Única);
- Apoio adicional de 40% para custos associados à criação de postos de trabalho.

Este programa de apoio ao Emprego vai mobilizar 240 milhões de euros de fundos europeus dos Programas Operacionais Regionais do continente, mais de metade dos quais para territórios do Interior, prevendo-se que os avisos de abertura sejam publicados já no mês de março.

*Faça já
a sua
Consignação
Fiscal!*



Não esqueça que, no período de 15 a 31 de março, pode escolher antecipadamente a entidade a quem pretende consignar o IRS ou IVA.

Esta opção tem uma área dedicada, com ligação direta, ao entrar no Portal das Finanças.



Juntos a Cuidar de Si

Com o objetivo de proporcionar uma rede de serviços “de todos, com todos e para todos”, a RedeMut cruzou as ofertas de saúde e de apoio social das associações mutualistas filiadas na APM-Associação Portuguesa de Mutualidades, espalhadas de norte a sul do país e ilhas, respondendo à necessidade de alargar o acesso, elevar a qualidade e diversificar os serviços e cuidados de saúde, a um preço acessível e sustentável, como alternativa às redes privadas e em complementaridade com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).



A nossa Rede de Saúde Mutualista

A REDEMUT disponibiliza um vasto conjunto de serviços de saúde e de bem-estar complementar do Serviço Nacional de Saúde.

Uma Rede de Saúde Mutualista - De todos, com todos e para todos

Porto

Benéfica e Previdente – AM
A Beneficência Familiar – ASM *
Casa da Imprensa – AM
A Lutuosa de Portugal – AM
ASM Fúnebre Familiar de Ambos os Sexos de Pedroso

Vila Nova de Gaia

A Vilanovense – AM *

Coimbra

A Previdência Portuguesa – AM

Caldas da Rainha

Montepio Rainha D. Leonor – AM

Torres Novas

ASM Montepio N. S. Nazaré

Abrantes

ASM Montepio Abrantino “Soares Mendes”

Cadaval

AM Freguesia do Vilar

Lisboa

ASM dos Empregados do Estado
CSC-ASMECL – Clínica S. Cristóvão
MUSSOC – Associação Mutualista
Montepio Geral Associação Mutualista
Casa da Imprensa – AM
MONAF – Montepio Nacional da
Farmácia ASM
AME — Associação Mutualista dos Engenheiros

Montijo

União Mutualista N. S. Conceição – AM

Moita

A Mutualidade da Moita – AM

Silves

ASM João de Deus

Lagos

A Lacobrigense – ASM

Faro

A Mutualidade Popular – AM

Açores

ASM Ponta Delgada

Madeira

ASM 4 de Setembro de 1862

